



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil nº 06.2015.00004841-0

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça Pedro Roberto Decomain, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis, com atribuição para atuar na defesa do Meio Ambiente, e **LEVINO KREDENS**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do RG n. 480.471/SC, inscrito no CPF/MF sob o n. 066.674.579-04, residente e domiciliado na Localidade de Costa Carvalho, neste Município, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, ajustam o seguinte:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB/88);

**CONSIDERANDO** que para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem o risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2.º e 3.º da Lei nº 9.605/98);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis**

**CONSIDERANDO** haver-se verificado no inquérito civil cujo número está acima indicado, que houve queima de vegetação nativa em área de propriedade do **COMPROMISSÁRIO**, situada na localidade de Costa Carvalho, neste Município, alcançando 4,47 hectares, segundo levantamento realizado pela Polícia Militar Ambiental;

**CONSIDERANDO** que o **COMPROMISSÁRIO** declara, neste ato, que não autorizou a queima da vegetação existente no local;

**CONSIDERANDO** que o **COMPROMISSÁRIO** declara também neste ato, que a totalidade das áreas contíguas de sua propriedade, situadas na localidade de Costa Carvalho, embora objeto de matrículas diversas no Registro de Imóveis, é de aproximadamente 100 (cem) alqueires, ou 2.420.000,00 m<sup>2</sup> (dois milhões, quatrocentos e vinte mil metros quadrados), dos quais cerca de 50% (cinquenta por cento) são compostos por mata nativa, incluindo matas ciliares;

**CONSIDERANDO** que na área onde ocorreu a queima da vegetação, atualmente ocorre pastoreio de bovinos, sendo esta área necessária para o desenvolvimento de tal atividade econômica pelo **COMPROMISSÁRIO**;

**CONSIDERANDO**, sem embargo, a necessidade de que o dano ambiental seja recuperado ou ao menos compensado;

**RESOLVEM**

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC**, com fulcro no § 6.º do art. 5.º da Lei Federal n.º 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a compensação do dano ambiental causado em terreno de propriedade do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis**

**COMPROMISSÁRIO**, situado na localidade de Costa Carvalho, neste Município, onde ocorreu a queima da vegetação.

**CLAUSULA SEGUNDA: COMPENSAÇÃO DO DANO AMBIENTAL**

O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a providenciar o plantio de 500 (quinhentas) mudas de erva-mate, aleatoriamente, em outra área de seu terreno, que não aquela onde ocorreu a queima, para adensamento florestal desta outra área, o que fará dentro do prazo máximo de um ano, a contar da data da celebração desde compromisso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a informar a esta Promotoria de Justiça assim que houver concluído o plantio das mudas a que se refere a presente cláusula, para que possa ser providenciada vistoria pela Polícia Militar Ambiental.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Em caso de descumprimento do previsto no *caput* desta cláusula, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 100,00 (cem reais) por dia de atraso, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, sem prejuízo da propositura das ações judiciais que eventualmente venham a ser necessárias, bem como da execução específica das obrigações assumidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: COMPROMISSO DE NÃO REALIZAR QUALQUER CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE**

O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a não realizar qualquer corte de vegetação nativa em terrenos de sua propriedade em qualquer localidade deste Município, sem haver obtido prévia autorização ou licença de órgão ambiental competente.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O descumprimento do previsto no *caput* desta cláusula sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** à multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), até



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis**

que ocorra a integral reparação do dano ambiental na mesma área onde o corte haja ocorrido, sendo o valor da multa destinado ao Fundo de Recomposição dos Bens Lesados – FRBL, do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA QUARTA: TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**

O **COMPROMISSÁRIO** declara sua ciência de que o presente termo de compromisso de ajustamento de condutas é legalmente considerado como título executivo extrajudicial e de que o descumprimento do previsto no *caput* da cláusula segunda poderá acarretar o ajuizamento de ação de execução de obrigação de fazer, declarando-se ciente também de que o eventual descumprimento do previsto no *caput* da cláusula terceira poderá resultar em providências de âmbito penal e também no eventual ajuizamento de ação civil pública para reparação do dano ambiental, sem prejuízo do ajuizamento de eventual ação de execução relativamente à multa que venha a incidir, prevista no parágrafo único da cláusula terceira.

**CLÁUSULA QUINTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 02 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Itaiópolis, 22 de fevereiro de 2018.

**LEVINO KREDENS**  
Compromissário

**PEDRO ROBERTO DECOMAIN**  
Promotor de Justiça